

Projeto de desenvolvimento territorial: Caso do APL-Biodiesel de Pesqueira, PE

Ana Maria Navaes, Professora /Pesquisadora – UFRPE /PADR

Coordenadora do GT /APLBiodiesel Pesqueira – anavaes@terra.com.br

Rodolfo Araújo de Moraes Filho, Prof. Adjunto /Administração – UFRPE /PADR

Membro do GT /APL Biodiesel Pesqueira - rodolfoamfilho@yahoo.com.br

José de Lima Albuquerque, Professor Adjunto /Economia – UFRPE /PADR

Diretor do Departamento de Letras e Ciências Humanas /DLCH – jlima@dlch.ufrpe.br

Isnaldo Francisco da Silva - INCRA-PE

Engenheiro Agrônomo – ifsilva@terra.com.br

Resumo:

Neste trabalho, analisa-se a experiência em curso na região do Semi-Árido pernambucano, Nordeste do Brasil, de organização de um arranjo produtivo local para produção de biodiesel, articulado a uma usina pública, com capacidade instalada para produção de 10.000 litros/dia de óleo combustível a partir da cultura da mamona, cultivada em consórcio com o feijão. A metodologia adotada consistiu na concepção e implantação, com a participação das instituições locais, de um projeto de desenvolvimento territorial. Conclui-se, pela análise do projeto ainda em fase de implantação, que o êxito do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) no quesito inclusão social, dependerá do desenvolvimento da capacidade organizativa dos agricultores familiares.

Palavras-chave: Biodiesel, agricultura familiar, arranjo produtivo local, mamona

Résumé :

Le présent travail analyse l'expérience en cours dans la région du Semi-Árido de l'Etat de Pernambouc concernant la mise en marche d'un arrangement productif local autour de la production du biodiesel a partir de la culture du ricin consorciée à l'haricot à charge d'une usine publique locale avec une capacité installée de production de 10.000 litres/jour d'huile combustible. La methodologie appliquée a été celle de concevoir et d'implanter avec les partenaires sociaux un projet de développement territorial. Il se conclut par l'étude, que le succès du projet (qui fait partie du Programme national de production et d'utilisation de biodiesel) en termes d'insertion sociale, dépendra du développement de la capacité organisationnelle des agriculteurs familiais.

Mots-clé : Biodiesel, agriculture familiale, arrangement productif local, ricin

Abstract:

The present research analyzes the ongoing experience of organization of a local productive arrangement for biodiesel production in a semiarid area in the state of Pernambuco in a public plant with capacity for production of 10.000 liters/day of combustible oil obtained from mamona jointly produced with beans. The prospected methodology considers the organization of rural family producers in a Local Productive Arrangement - APL. It is concluded for the analysis of the project that the success of the National Program of Production and Use of Biodiesel (PNPB), combining efficient economic production of biodiesel and social inclusion of family producers depends on the development of the organizational capacity of the family producers.

Keywords: Biodiesel, family agriculture, local productive arrangement, mamona

1. INTRODUÇÃO

A produção de biodiesel, no Brasil, conceitua-se como um processo agroindustrial com claros e declarados objetivos sociais e ambientais, associado à fixação do homem nas áreas rurais, geração de emprego, renda e minimização da emissão de gases que contribuem, negativamente, para as mudanças climáticas globais (NETO, 2005, apud COSTA et al, 2006, p. 30).

A experiência em curso no estado de Pernambuco do Arranjo Produtivo Local (APL) de Pesqueira possibilita a operacionalização desse conceito com o envolvimento de 13 municípios integrados a um consórcio intermunicipal. Nesse contexto, analisa-se a potencialidade do ambiente e a possibilidade de superação dos principais entraves identificados através da organização do APL, com o uso de metodologia apropriada sob forma de um projeto de desenvolvimento territorial, visando à incorporação de 2.500 agricultores familiares e a formação de 7.500 hectares de plantios comerciais de mamona para abastecimento da Usina de Biodiesel instalada na circunscrição do Consórcio Intermunicipal.

O desenvolvimento das ações de mobilização e sensibilização dos grupos de agricultores familiares, representações da sociedade civil, do poder público, inclusive da Usina de Biodiesel, sinaliza para a viabilidade do APL do biodiesel na região.

Destaca-se como ponto favorável, a disponibilidade dos principais fatores de produção: terra, trabalho e capital, incluindo tecnologia e mercado.

Apresenta como maior entrave, o baixo nível de capacidade gerencial dos agricultores familiares, principais atores intervenientes beneficiários do processo, para garantir êxito na articulação direta com a cadeia produtiva.

1.1. Conceito biodiesel

O biodiesel é uma denominação genérica para combustíveis vegetais derivados de fontes renováveis em geral leguminosas, originárias da chamada agricultura de energia (soja, algodão, semente de girassol, mamona e outras).

Comumente utiliza-se também o etanol (álcool) como biocombustível (no Brasil derivado da cana de açúcar, nos EUA do milho), para misturas ou substituição direta à gasolina. O biodiesel por seu turno é reservado para misturas ao óleo mineral diesel fabricado do petróleo em proporções variadas (B2, 2%, B5, 5%, B10, B20, ou B100, 100% de biodiesel).

No Brasil o óleo diesel mineral é ligado ao conceito de desenvolvimento econômico e utilizado apenas ou quase exclusivamente por veículos destinados a transporte de carga. O diesel é operacionalmente mais caro para ser extraído do petróleo do que seu congêner, a gasolina, mas é subsidiado pelo governo como estratégia de desenvolvimento, tornando-se mais barato na bomba ao consumidor.

Dentro de uma ótica ambiental o diesel derivado da biomassa (biodiesel) comparado ao diesel mineral derivado de substâncias fósseis (o Petróleo), pode reduzir em até 78% as emissões líquidas de gás carbônico, considerando-se a reabsorção pelas plantas. Além disso, reduz em 90% as emissões de fumaça e praticamente elimina as emissões de óxido de enxofre na atmosfera. É importante frisar que o biodiesel pode ser usado em qualquer motor de ciclo diesel, com pouca ou nenhuma necessidade de adaptação.

Considerando que o Brasil importa em média cerca de 4 a 5 bilhões de litros de óleo diesel refinado por ano (produz cerca de 37 bilhões de litros) o que representa uma despesa média de mais de 1,7 bilhões de dólares para o balanço de pagamentos (agravada a cada ano com a tendência de alta nos preços do barril de Petróleo - US\$ 3 bilhões em 2007), o biodiesel pode ser, por assim dizer, um importante produto para a autonomia energética nacional, associada à geração de emprego e renda nas regiões mais carentes do Brasil (ANP, 2008).

1.2. A produção de biocarburantes no mundo e o programa nacional de biodiesel

A União Européia (UE) é hoje a principal região do mundo em termos de produção e domínio da tecnologia de fabricação de óleo diesel a partir da biomassa.

Em 2005 a produção mundial de biodiesel montou a 4,0 milhões de toneladas com 45% produzido na Alemanha (de longe o maior produtor do biocarburante na UE e no mundo), 15% na França, 11% na Itália e 7% nos Estados Unidos (INRA, 2005).

Em 2006, a produção de biodiesel na UE atingiu a marca de 5,5 milhões de toneladas cerca de 90 à 95 % da produção mundial anual (Ecolo Trade, 2008).

No que concerne a *filière* do biodiesel na UE, a produção tem aumentado de maneira acelerada registrando nos cinco últimos anos uma taxa de crescimento média anual de 35%. É assim, um programa em franca expansão.

O Etanol (álcool) por seu turno é o biocarburante mais produzido no mundo, o Brasil e os Estados Unidos sendo seus principais produtores. Em 2005 a produção atingiu a cifra de 36 milhões de toneladas. Em 2006 a produção cresceu a 45.000 mil toneladas com os Estados Unidos participando com 41% nesse ano, o Brasil com 40%, depois, a União Européia (Ecolo-Trader, 2008).

O desenvolvimento dos biocarburantes no seio da UE (álcool e biodiesel) tem por objetivo essencialmente: sua mistura parcial à gasolina e ao óleo diesel com vistas a respeitar os compromissos assumidos em matéria de redução das emissões de gases na atmosfera face às mudanças climáticas; garantir um estoques de segurança de aprovisionamento de combustível e promover as energias renováveis.

A UE, embora sendo importante produtora de combustível proveniente da biomassa, considerando sua demanda crescente, não é auto-suficiente em matéria de produção de biocarburantes.

Com o uso crescente de biodiesel internamente e o consumo internacional em expansão, o agronegócio do biodiesel passa a ter uma importância estratégica para o Brasil, que apresenta condições agroclimáticas altamente favoráveis à produção de oleaginosas susceptíveis de produzirem o biocarburante, em especial, a ricinocultura na região semi-árida do Nordeste.

2. BREVE CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO UNIVERSO DE ESTUDO

2.1. Pólo de Biodiesel de Pesqueira em Pernambuco

Para o caso em tela, a articulação abrange 13 municípios na região do Agreste reunidos sob a forma de consórcio intermunicipal que constituem o pólo de produção de biodiesel de Pesqueira, PE.

A área física do território é de 9.894,9 Km², com população de 410.706 habitantes, sendo 34,45% rural e 65,55% urbana. Os Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) oscilam de 0,567 a 0,772 para educação; 0,580 a 0,721 para longevidade e 0,432 a 0,631 para renda, segundo dados do Censo IBGE (2005) e PNUD (2006).

Como visto, é no quesito renda, que se apresentam os piores desempenhos nos municípios do consórcio. Também é sobre a renda que a inclusão na cadeia produtiva do biodiesel terá maior impacto, como procurar-se-á demonstrar nas seções seguintes.

Outro aspecto relevante na área de abrangência do consórcio é a estrutura fundiária. Os dados informados nas bases cadastrais do INCRA, PNUD e FUNAI, revelam a disponibilidade de 291.459,8 ha, ou 50,43% de um total de 577.836,9 ha de sua superfície, ocupados por minifúndios, assentamentos de reforma agrária, pequenas propriedades e território indígena Xukuru. Esses grupos formam o público da agricultura familiar, definido

como detentores de propriedades com dimensões de até quatro módulos fiscais. Envolvem 14.732 famílias/propriedades, equivalente a 94,82% dos 15.536 imóveis registrados.

Tem-se ainda pelos dados da base cadastral que quase 50% da área, correspondente a 286.377,10 ha é ocupada por médias e grandes propriedades, ou seja, 5,17% dos imóveis registrados, em poder de apenas 804 famílias (Navaes, 2008).

Esses dados são apenas recortes das desigualdades sociais na região do Agreste Central.

2.2. Tradição do Estado de Pernambuco na Produção de Oleaginosas

A ricinocultura, em décadas passadas, juntamente com a cotonicultura, foram as principais alternativas para a agricultura de sequeiro no “semi-árido” pernambucano, sendo a principal atividade de médios e pequenos agricultores. No Brasil, os estados da Bahia, Pernambuco e Ceará, apresentaram ao longo dos anos, as melhores performances em área cultivada e produção de mamona que eram consorciadas com outras culturas, em geral com o feijão.

Em 1974, o agronegócio da mamona, no Brasil, atingiu o seu momento mais expressivo, atingindo uma área de 640 mil hectares e uma produção de 573,1 mil toneladas. Nesse ano, Pernambuco registrou uma área de 110,2 mil hectares, com produção de 58,2 mil toneladas de mamona segundo dados sobre lavoura temporária do IBGE (IBGE, 2005).

Na segunda metade dos anos 70, início dos anos 80, observa-se um decréscimo da atividade em todo o país, apresentando uma contínua redução da área cultivada e da produção até atingir o ponto mais baixo em 1998 quando os números alcançaram respectivamente, 60,9 mil ha de área colhida e quantidade produzida de apenas 14,1 mil toneladas (AZEVEDO, 2001).

O ano seguinte (1999) não obstante uma leve recuperação (88,8 mil ha e 25,0 mil toneladas) foi igualmente fraco para a cultura no país.

Na virada do milênio registra-se um gradual crescimento para a cultura da mamona no país. A safra brasileira de 2000 da ordem de 132,7 mil toneladas representou extraordinária recuperação da produção nacional em relação à safra de 1999, de 25 mil toneladas, e a do ano anterior (1998) com 14,1 mil toneladas, a menor safra da década (AZEVEDO, 2001).

Considerando que em 2005 a safra brasileira confirmou sua tendência ao crescimento (176,9 mil t. e área colhida de 242,1 mil ha) pode-se intuir que a cultura está voltando a crescer no país. Também o rendimento médio que em 1999 foi de 282 kg/ha apresentou-se em 2005 ampliado para 731 kg/ha retomando os níveis de 1975 que foi de 894/ha (IBGE, 2005).

Em Pernambuco, não obstante os incentivos que representa o lançamento do Programa PNBIO em 2004 para a região, esforços precisam ser envidados para uma retomada efetiva de plantação em escala industrial da mamona.

Na área do consórcio de Pesqueira, em particular, faz-se urgente organizar a produção da base primária, assistindo tecnicamente o pequeno produtor rural que planta, cuida e colhe a produção com mão-de-obra da própria família.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

Para levar a termo um processo de desenvolvimento local passando pela definição de um projeto de desenvolvimento territorial é necessário cumprir algumas etapas metodológicas sem a observação das quais todo o esforço de sensibilização e mobilização dos atores pode resultar ineficaz. Nessa parte buscar-se-á estabelecer essas fases, identificando no projeto quais etapas já foram cumpridas visto se tratar de uma ação em curso, e aquelas que restam ser executadas fixando parâmetros norteadores para ações futuras.

Pecqueur (1997) ensina que para se animar um processo de desenvolvimento local cinco fases essenciais precisam ser cumpridas, a saber: *I A externalização da parte dos atores por uma demanda de intervenção* (parte essencial do processo sem a qual não se pode legitimamente iniciar o projeto), *II - Elaboração do diagnóstico estratégico (a partir do conhecimento do território)*; *III - Definição ou elaboração do projeto de desenvolvimento local* (com base no diagnóstico); e, *IV - Implantação do projeto geral de desenvolvimento local*, propriamente dito. Uma quinta e derradeira fase (fora do objeto específico do presente estudo posto tratar-se de uma ação em curso) se constituindo na etapa *V de: Avaliação final dos resultados*.

3.1. Identificação das fases seguidas pelo projeto à luz do referencial teórico

A fase em que se encontra a presente ação é a quarta, de “*Implantação do Projeto de Desenvolvimento Local*”, sob a forma de um projeto de desenvolvimento territorial, tendo como ação central a organização e implantação de um pólo de produção de biocombustíveis para a região do Agreste a partir da mamona.

Uma vez caracterizada a vontade de desenvolver o território por parte dos atores locais (fase I) iniciaram-se os trabalhos de organização propriamente dita do processo ou sistema produtivo localizado em sua fase de diagnose (fase II).

Nessa fase, de acordo com a teoria sobre como conduzir um projeto de desenvolvimento local, após proceder ao *conhecimento do meio local* e o *levantamento das potencialidades econômicas da região* deve-se partir para o estabelecimento das ações estratégicas potencialmente implementáveis. Seguindo os passos conceituais deve-se concluir a segunda fase do processo com a *restituição/apropriação por parte dos atores locais dos dados levantados no diagnóstico*.

O que no caso em questão da presente pesquisa se deu em sucessivas reuniões e encontros que culminou com a aceitação pelo grupo de produtores rurais e forças políticas municipais (prefeituras) da criação do Pólo de Biodiesel de Pesqueira como ação central do programa a partir da implantação de uma unidade industrial para produção de biodiesel na região.

Parte-se para a fase III seguinte de “*Elaboração do Projeto de Desenvolvimento Local*” com base no diagnóstico estratégico.

Nessa fase busca-se em conjunto com os atores centrais e instituições intervenientes, dentro das limitações características de todo projeto de desenvolvimento local, o cumprimento do seguinte ideário: (a) *Consenso dos atores em torno dos eixos de trabalho definidos*; (b) *Estudo da factibilidade de cada orientação estratégica concebida ou visualizada*, definida pelo grupo; (c) *Elaboração do Plano de Ação propriamente dito*, o qual deverá ser seguido e implementado.

Todas essas etapas foram cumpridas dentro do esforço de elaboração do projeto de desenvolvimento local para o pólo de Pesqueira e seus atores locais com resultados considerados satisfatórios.

A fase seguinte a qual se encontra o presente estudo sendo a quarta do referencial conceitual inicialmente desenvolvido, qual seja, a da “*Colocação em marcha (mise en oeuvre) ou implementação efetiva do projeto global de desenvolvimento local*”.

Fase essa (4^a) que será o alvo das análises apresentadas na pesquisa com seus principais resultados. O que implica em descrever à quantas anda: *1) a mobilização dos meios necessários à realização de cada ação*, ou seja, a maneira como está se dando a ativação dos recursos humanos, técnicos e financeiros; *2) a elaboração das bases de informações necessárias*; e, *3) a condução ou gerenciamento do projeto* pela coordenação geral. Enfim, o estado da arte em que se encontra o processo de animação da intervenção em curso.

3.2. Bases para orientação da ação estratégica

As ações para a implementação de um projeto de desenvolvimento territorial em sua fase de implantação deve levar em conta um certo número de variáveis consideradas fundamentais para o sucesso do empreendimento.

As reflexões elaboradas a esse respeito por Khaled B. e Thomas, Jean-Noel (2004) quando analisam as parcerias público-privadas e a natureza de suas relações, jogam uma luz à compreensão dos jogos estruturados que se estabelecem entre os atores em um enfoque territorial, e possibilitam a identificação de *estratégias de conduta* com maiores chances de êxito a partir do conhecimento e aceitação da complexidade dessas relações.

Para esses autores o desenvolvimento econômico do território não se reduz a um consenso direto entre o que as instituições envolvidas precisam fazer ou simplesmente a delegação dessa missão a um conjunto de políticas públicas. Trata-se, sobretudo, de um construto que engaja os atores em um processo de aprendizagem por etapas, que respeita as questões de temporalidades diferenciadas para absorção e internalização das mudanças por parte de cada agente.

Um processo de construção de parcerias para o desenvolvimento econômico de territórios necessita assim focalizar objetivos cuja natureza privilegie a passagem por um processo de aprendizagem para sua consecução. Alguns deles são apresentados no quadro 1.

Quadro 1 – Objetivos para o estabelecimento de um processo de parceria territorial

Conduta estratégica	Natureza
Desenvolver espaços para intercâmbio entre atores	Trata-se de criar espaços de discussão favorecendo os encontros diretos entre atores do território
Identificar as competências e os interesses	Trata-se de constituir uma base de informações sobre papéis e missões que interessam e podem ser supridas pelos atores
Conhecer as necessidades	Trata-se de levantar informações sobre as carências e expectativas dos atores envolvidos na ação
Gerenciar as discontinuidades	Contradições entre o que um ator específico é capaz de absorver e implementar em um dado lapso de tempo e as exigências políticas para apressar essas realizações
Cooperar sobre projetos precisos e bem delimitados	Trata-se de favorecer a introdução de métodos de conduta e gerência de projetos cujas atividades possam ser medidas e seus resultados avaliados
Mostrar uma perspectiva em termos de desenvolvimento econômico	Para os atores do mundo econômico é necessário demonstrar uma perspectiva de longo prazo para o conjunto das instituições
Homogeneizar as representações	Trata-se de construir um vetor de comunicação coerente visando a homogeneização (possível) dos grupos e desenvolver procedimentos de avaliações regulares para os fazer evoluir

Fonte: Adaptado de Khaled B. e Thomas, Jean-Noel (2004, p. 214)

Esses objetivos gerenciais visam em seu limite a produção de resultados com vistas a solucionar dificuldades e conflitos que se opõem à criação de um espaço de cooperação efetiva sobre o território.

4. METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de caso utilizando a técnica de pesquisa-ação sobre a viabilidade de implantação de um APL para produção de biodiesel na região do Agreste de Pernambuco. O universo da análise é formado por um espaço territorial composto por treze municípios no agreste pernambucano que integram o consórcio Dom Mariano, coordenado pelo Instituto (eglesial) Harpia Harpya e a Diocese de Pesqueira.

Envolve o desenvolvimento de ações de mobilização e sensibilização de grupos de agricultores familiares, representações da sociedade civil e do poder público local sobre a égide da implantação de usinas públicas levadas a efeito pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) como instrumento de integração da agricultura familiar ao Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB).

As análises e reflexões aqui apresentadas estão respaldadas em dados secundários extraídos de pesquisa bibliográfica e documental, incluindo o projeto industrial da usina de biodiesel de Pesqueira e, sobretudo, dados primários, a partir de observações em campo com realização de entrevistas junto aos diferentes atores, bem como informações diretas obtidas junto ao Grupo de Trabalho (GT) formado para organização do APLBIODIESEL. O período de observação considerado, dois anos a partir do início das ações em 2006.

Para a fase de levantamento dos dados, as enquetes foram realizadas através de entrevistas semi-diretivas (questões abertas). Os dados assim coletados após organizados e classificados por assunto, foram submetidos a uma análise de conteúdo, método de natureza qualitativa, a partir da qual foram feitas inferências interpretativas com base nos modelos apresentados na parte conceitual com vistas a implantação de um projeto de desenvolvimento territorial.

5. RESULTADOS.

Com a decisão de instalação de três usinas públicas para produção de biodiesel em Pernambuco a serem implantadas nos municípios de Caetés, Pesqueira e Serra Talhada, como estratégia de integração da agricultura familiar, plano lançado em 2004, começam as preocupações no Agreste pernambucano com a organização dos trabalhadores rurais em torno do movimento.

5.1. A emergência de uma demanda de intervenção pelos atores locais: primeira fase do projeto de desenvolvimento territorial (fase 1)

Em Pesqueira a preocupação era a de não repetir os erros cometidos na implantação de outras unidades de mesmo porte sem nenhuma articulação com as bases agrícolas locais. Nessas experiências, o direcionamento das operações foi a produção industrial, com ênfase na engenharia mecânica deixando de lado a necessária “engenharia social” indispensável para a organização da base produtiva que deveria, por definição, fornecer a matéria prima para o funcionamento do empreendimento.

A região de Pesqueira, mais estruturada em termos de representação social, com sindicatos de trabalhadores rurais mais organizados e outras representações atuantes da sociedade civil, tendo a Diocese de Pesqueira como articuladora de inúmeros movimentos ligados à organização de comunidades, questionou o projeto que lhes estava sendo apresentado pelo mesmo grupo de Caetés. Criticaram a ausência de participação da agricultura familiar na formatação da proposta.

Em reunião formal, com a presença das representações dos trabalhadores rurais de Pesqueira, e representantes do poder público local (prefeitura) o projeto da usina tal como

estava formulado foi rejeitado e definido que seria conduzido por um comitê local formado pelos atores diretamente envolvidos na ação, ou seja, os agricultores rurais, tendo a Diocese de Pesqueira à frente da coordenação.

Estavam criadas assim as condições objetivas para a estruturação de um projeto de desenvolvimento territorial. Uma etapa antecedente a do diagnóstico estratégico: a fase de pré-existência de uma demanda de intervenção formulada pelos atores econômicos locais. Segundo Pecqueur (2004, p. 17) “a emergência de uma vontade de fazer”.

5.2. Elaboração do diagnóstico estratégico com a participação dos atores (fase 2)

O primeiro passo para a reformatação do projeto foi dado com a realização de uma oficina para identificação da plataforma de produção existente, que teve lugar nos dias 26 e 27 de abril de 2007.

Nas discussões empreendidas com a participação direta dos agricultores, de suas lideranças e de representantes das instituições governamentais, incluindo centros de pesquisa, universidade (UFRPE), agências de desenvolvimento e outras, houve a tomada de decisão para a formulação de um projeto executivo (de desenvolvimento territorial) que criasse as condições objetivas para a inclusão dos agricultores familiares no arranjo produtivo, direcionado ao abastecimento da Usina de Biodiesel a que se denominou Governador Miguel Arraes de Alencar, instalada no município de Pesqueira.

Foi referendada como matéria-prima por excelência para produção do biocombustível. a mamona, levando-se em conta os levantamentos agro-ecológicos e pesquisas realizadas favoráveis à sua cultura na região, levadas a cabo pela Embrapa Algodão (RN) e a experiência de outrora no plantio dessa leguminosa pela agricultura familiar.

Nesse encontro o problema maior identificado referiu-se à capacidade gerencial para organização do agronegócio do biodiesel, tanto pela inexistência de grupos produtivos de mamona consolidados, como pelo desconhecimento da logística de produção, que se estendia desde o despreparo para lidar com os sistemas produtivos, aos cuidados com o armazenamento, transporte e fornecimento da matéria-prima à unidade industrial.

5.3. Concepção do projeto de desenvolvimento territorial (fase 3)

O projeto foi concebido desta feita com a participação direta dos agricultores, de suas lideranças e de representantes das instituições parceiras envolvendo o Governo do Estado de Pernambuco, o poder público local representado pelas prefeituras municipais que assinaram a constituição do Consórcio Intermunicipal Dom Mariano, o Instituto Harpia Harpyia, a Diocese de Pesqueira, o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

O objetivo geral definido pelos grupos participantes foi o de “promover a inclusão social de agricultores familiares na área do Consórcio Intermunicipal de Pesqueira, no Estado de Pernambuco, através da organização de Arranjo Produtivo Local para a Produção de Biodiesel (APL Biodiesel de Pesqueira) visando a sustentabilidade econômica e a segurança alimentar e nutricional”.

Consolidado em um documento formal (Projeto de Desenvolvimento Territorial – APL Biodiesel Usina Governador Miguel Arraes) o projeto foi encaminhado pelo Instituto Harpia Harpyia e pela UFRPE à Secretaria de Inclusão Social (SECIS) do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), com orçamento de R\$ 5.631.557,00 (cinco milhões, seiscentos e trinta e um mil, quinhentos e cinquenta e sete reais). O equivalente em Euros, considerando

uma taxa média de câmbio de 2,5 reais (2008), à cifra de € 2.252.623,00 (dois milhões, duzentos e cinquenta e dois mil, seiscentos e vinte e três euros), sendo 14% aproximadamente, aporte do Governo do Estado e os 86% restante, recursos do Governo Federal.

5.4. Implantação do Projeto: o desenvolvimento das ações estratégicas (fase 4)

Descreve-se nessa quarta fase, os esforços envidados para a mobilização dos meios necessários com vistas à estruturação e fortalecimento do APLBiodiesel. Equivale dizer, a forma como está sendo conduzido o programa para o estabelecimento do processo de parceria territorial, focalizando suas principais dificuldades e resultados alcançados.

Duas dimensões serão alvo de análises: a maneira como vem se dando a gestão estratégica das ações e a arregimentação dos meios necessários para a consecução das ações (mobilização dos recursos humanos, técnicos e financeiros).

5.4.1. Gestão do projeto

A primeira grande questão que se apresentou para a condução do projeto foi a definição de como se daria a gestão coordenada das ações definidas. A quem caberia a coordenação do processo, uma vez que inúmeros órgãos estariam intervindo na ação. A definição dessa estrutura era imprescindível para a implantação do projeto de desenvolvimento e governança local.

A decisão se orientou para que a Diocese de Pesqueira assumisse a coordenação estratégica do empreendimento por duas razões que se combinam: 1º - por apresentar experiência comprovada em administração de movimentos da natureza comunitária; 2º - por ser a única instituição inteiramente confiável aos olhos dos agricultores familiares e suas representações.

Vale destacar a oportunidade de o movimento interagir com o Programa de Sustentabilidade Alimentar e Nutricional, em desenvolvimento pela própria Diocese de Pesqueira, sob a supervisão do Instituto Harpia Harpyia, com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Interação essa que havia sido definida como uma ampliação dos objetivos do projeto de desenvolvimento territorial.

5.4.2. Instituição do Grupo Gestor, composição e a complexidade de seu funcionamento

O desenvolvimento das ações do projeto inclui atividades de capacitação de recursos humanos, envolvendo os atores encarregados da produção de matérias-primas através de plantios comerciais para o abastecimento da unidade industrial, a estruturação de um banco de sementes certificadas para distribuição com os agricultores nas épocas dos plantios definidas no zoneamento agroecológico elaborado pela Embrapa, estruturação da logística de transporte e recebimento da mamona para beneficiamento e transformação, colocação em funcionamento da usina de produção de biodiesel, definição da política de preços e garantias mínimas aos trabalhadores rurais e muitas outras iniciativas.

Para gerir tecnicamente essas ações, cujo quadro de metas foi estabelecido no projeto de desenvolvimento aprovado, foi instituído um grupo gestor denominado GT – Grupo de Trabalho, que tem por finalidade, definir e gerenciar a agenda de atividades, viabilizar condições para o cumprimento das múltiplas tarefas, acompanhar o gerenciamento administrativo-financeiro do projeto e a execução das ações estratégicas, definindo mecanismos e instrumentos de avaliação e produzindo sistematicamente relatórios de atividades.

A constituição desse grupo foi formada através da indicação, pelos grupos de representantes do governo nas esferas da união, estado e municípios, incluindo a UFRPE

(Universidade Federal Rural de Pernambuco) pelos representantes das organizações sindicais dos agricultores rurais, pela sociedade civil organizada e a Diocese de Pesqueira.

Não obstante tudo logicamente estruturado, segundo consta no documento do projeto técnico, com ações previstas para serem executadas dentro de um cronograma objetivamente elaborado, com metas quantificadas e metodologia de avaliação definidas, nem sempre (ou quase nunca) tudo se passa sem que haja algum tipo de conflito ou atrito entre os atores envolvidos, demonstrando largamente que no quadro de um projeto de desenvolvimento territorial o valor a ser incorporado, não é seguramente (antes fosse) a ação prontamente realizada e concluída com sucesso, mas, a dimensão “aprendizagem dos grupos” em sua capacidade de se articular e se entenderem em torno de propostas específicas, às vezes pré-discutidas e previamente acertadas, mas que quando vão ser executadas, afloram as descontinuidades do processo, criando entre as instituições áreas de atritos por vezes difíceis de se gerir. As principais descontinuidades têm origem muitas vezes entre as representações do próprio governo quando não se entendem quanto à hora e a forma de exercer sua contribuição, gerando atritos e disputas internas. Momento em que entra em cena a representação da Diocese assumindo a coordenação técnica dos trabalhos (o que já ocorreu em diversas oportunidades) exercitando seu papel de árbitro emprestado pela sua credibilidade, buscando a homogeneização dos grupos.

5.4.3. Processo de fichamento de agricultores

Não obstante o processo de fichamento dos agricultores se encontrar em fase avançada, a produção comercial da mamona ainda não teve lugar na região. Problemas relacionados à distribuição da semente do feijão de qualidade duvidosa por parte do IPA (Instituto de Pesquisas Agronômicas de Pernambuco) segundo depoimentos da representação dos agricultores, impediu que os plantios programados tivessem início.

Dos 15.000 ha existentes na área do consórcio, identificou-se uma área inicial de 7.500 ha (50%) o equivalente a 2.500 famílias para a produção da biomassa (mamona) pela agricultura familiar respeitando-se a parcela mínima de 3 ha de plantio por família, aconselhado pela Embrapa como economicamente viável, em sistema consorciado com o feijão. Sendo essa extensão, a exigência de área mínima para que a Usina Governador Miguel Arraes entre em operação.

Observe-se que já se está no final do primeiro ano previsto para início dos plantios comerciais e eles, por diversos motivos que se combinam (sementes de feijão certificadas por órgão oficial de má qualidade, desconfiança do pequeno agricultor nas perspectivas do projeto) não foram ainda iniciados.

Um processo de construção de parcerias para o desenvolvimento econômico de territórios necessita assim, focalizar objetivos cuja natureza privilegie a passagem por um processo de aprendizagem para sua consecução. O engajamento de atores em um processo de assimilação por etapas, que respeite as questões de temporalidades diferenciadas para absorção e internalização de mudanças por parte de cada agente.

5.4.4. Impacto da atividade na renda familiar

A expectativa de geração de empregos na área específica de atuação do programa, será de aproximadamente 5.050 postos de trabalho diretos: 5 mil no campo e 50 na indústria. Outro fator esperado será a geração de empregos diretos na economia através do efeito-elevação de renda na região.

No aspecto “renda”, cálculos realizados tomando-se como referência o ano base de 2006, considerando um salário mínimo/mês por família de R\$ 360,00 ou seja, R\$

4.560,00/ano, a renda líquida proveniente do plantio de 3 ha de mamona em regime consorciado com o feijão e com o uso de baixa tecnologia, pode gerar um impacto inicial de até 39,73%, ou seja, um acréscimo de R\$1.812,00/ano na renda familiar, segundo dados do projeto reforma agrária e biodiesel e planilha de custos do Banco do Nordeste.

5.4.5. Capacitação e Assistência Técnica

Para fazer frente aos desafios exigidos no que tange a retomada da produção de mamona em escala industrial para produção de biodiesel, torna-se necessário o estabelecimento de um programa arrojado de capacitação e assistência técnica da agricultura familiar em função de sua complexidade tecnológica.

Quanto à transferência de tecnologia de sementes certificadas para cada município participante do consórcio, está previsto ser instalada uma UPSCA (Unidade de Produção de Sementes Certificadas e Consolidação da Aprendizagem) à cargo da Embrapa em parceria com os agricultores. Esse movimento já começou a ser efetivado para algumas associações de agricultores familiares.

Uma importante função da UPSCA será a sua utilização para visitação por grupos de agricultores, objetivando demonstrar e consolidar os ensinamentos adquiridos sobre o manejo das culturas da mamona e feijão consorciadas.

Uma polêmica que encontra-se em discussão, mas que não se tem ainda uma solução definitiva, é a questão da obrigatoriedade da compra pelo governo das sementes selecionadas, produzidas pelos agricultores do consórcio para formação dos plantios comerciais.

Essa é uma situação jurídica de difícil explicação e assimilação pelos atores da agricultura familiar envolvidos no projeto. Isso porque, caso apareçam no mercado sementes certificadas à mais baixo preço, provenientes de outras organizações e iniciativas fora do contexto do consórcio intermunicipal, de quem o governo deverá adquirir a mercadoria sem estar cometendo aos olhos da justiça, irregularidades?

5.4.6. O modelo Usinas Públicas: novo paradigma de produção para a agricultura familiar?

A estratégia encontrada para a inserção da agricultura familiar na produção de biocombustível foi a instalação de usinas públicas em municípios de localização estratégica no agreste semi-árido.

A expectativa é que a entrada dessas unidades em funcionamento estabeleça uma nova relação *produtor versus mercado*, com impactos positivos nos preços ofertados para o quilo da baga da mamona.

Diferentemente da iniciativa privada que no máximo integra a produção agrícola para o fornecimento de matéria-prima à indústria, no modelo de implantação de usinas públicas, o produtor familiar terá participação na gestão da unidade industrial como associado, bem como, nos lucros auferidos pelo produto final, o biodiesel. Incluindo aí o lucro relativo à comercialização dos demais produtos derivados da cadeia, como os resíduos da produção, dentre os quais se menciona a casca da mamona após debulhamento e a torta residual derivada da prensagem da baga debulhada (caroço de onde se extrai o óleo) que servem para usos como fertilizantes e ração animal. Também a glicerina, presente numa proporção de 20% na matéria-prima, após processo de extração do biodiesel a partir do óleo da mamona, pode ser comercializada como fármaco para as indústrias de cosmético, química e alimentícia (DIAS, 2005).

O alcance da medida aponta de uma forma inovadora para uma apropriação real por parte dos agricultores familiares de todo o processo da cadeia produtiva do biocombustível. Desde a produção da matéria-prima (oleaginosa) até a produção do biocombustível

propriamente dito. Atende assim, o modelo, aos preceitos de que “desenvolvimento é um processo com duas vertentes que devem ser compatibilizadas: a econômica e a social” (SACHS, Y. 2005).

Talvez por esses motivos fortemente criticado por grupos de interesse que, como de praxe, não o fazem de maneira direta ao modelo mas tentam inviabilizar o projeto de toda forma, com implantação de notícias em jornais, comentários desfavoráveis em encontros oficiais, sempre lançando dúvidas, criando incertezas. Procurando desacreditar enfim, a iniciativa.

A mamona é por esses grupos, fortemente combatida. Tida em sua visão como inviável para a produção do biocombustível. Mesmo que existam pesquisas nos centros de excelência do país, notadamente Embrapa e Petrobras, apontando para sua viabilidade.

Outras oleaginosas como a soja ou o algodão, tomadas como exemplos, são defendidas por esses grupos como alternativas mais viáveis. Esse comportamento é verificado inclusive por pessoas de dentro do próprio governo que usam de sua influência pela posição que ocupam e em diversas oportunidades fazem *o trabalho de descreditação*.

No GT de Pesqueira um integrante dessa corrente de pensamento, representante do governo e participante do grupo de trabalho, em reunião formal recente (julho de 2008) propôs se abandonar a idéia da mamona na região e se partir para a produção de biodiesel com base na plantação de algodão, deixando todos atônitos com a proposta, depois de todo o trabalho. No que foi interrompido por uma liderança sindical que explicou naturalmente estar a produção do algodão distante do interesse da agricultura familiar por exigir tecnologia de plantio onerosa pela necessidade de se precaver dos riscos em potencial de pragas. E lembrou do tempo em que fora dizimada a plantação do algodão na região pela praga do bicudo. Na mesma ocasião um representante da Embrapa Algodão (RGN) presente na reunião tomando a palavra asseverou que a Embrapa Algodão entendia para àquela região, após estudos, que a leguminosa mais apropriada era a mamona, pondo um termo às discussões.

Essa situação e outras findaram por suscitar uma nota técnica da Petrobras reafirmando as qualidades físico-químicas da mamona como leguminosa vocacionada à produção do biocombustível. A Embrapa juntamente com a Petrobras por seu turno promoveram na Bahia, em setembro de 2008, o “Seminário da Mamona” reconhecendo e reafirmando o valor de sua inserção no PNBIO do qual participaram inúmeros agricultores rurais da área do consórcio.

Com efeito, todas essas outras matérias-primas (algodão, dendê ou soja) colocam dificuldades para agricultura familiar no semi-árido, seja pela dificuldade do cultivo exigente em defensivos agrícolas como é o caso do algodão suscitando constante vigilância contra a incidência de pragas, seja por demandar extensas quantidades de terra que o pequeno agricultor familiar obviamente não dispõe como é o caso da soja, outra leguminosa passível de produzir biodiesel, mas cuja produção no Brasil é totalmente dominada por grandes produtores situados em sua maioria no Sul do País e Centro Sul (Mato Grosso do Sul). Ajunte-se que 90% da produção de biodiesel hoje, no país, provém da soja.

Ora, essa é uma cultura, pelo modo atual de produção (utilização de grandes extensões de terras) altamente concentradora de renda porquanto o uso da mamona como matéria-prima no programa tem um indiscutível componente social. Isso não é sequer mencionado ou considerado por esses grupos, além do que, a soja se enquadrar na categoria de produto alimentício ligada à cadeia nutricional humana e animal. O que de saída já seria uma condição desfavorável que deveria ser levada em conta quando se estiver tratando de agricultura de energia. A tentativa de implementar um programa de etanol em escala industrial à base de milho, outro biocombustível da agricultura de energia, desta feita ligado à mistura à gasolina e não ao diesel mineral, praticamente dobrou o preço do produto nos mercados norte americanos, demonstrando daí que se deve ter cuidados especiais e sobretudo critérios para geração de óleo combustível vegetal em larga escala a partir da biomassa.

A mamona ao contrário é definida como erva selvagem, portanto, não concorre com alimentos. E no Brasil ocuparia as áreas que já ocupa atualmente. Não exige tratos especiais e tem tecnologia de plantio simplificada, ao alcance da agricultura familiar que a domina. E ainda mais, se se quiser analisar o processo por um ângulo meramente econômico, colocando de lado a dimensão social, vai ser plantada consorciada com o feijão (programa de segurança alimentar).

Não se pode, portanto, entender logicamente tais posturas. O porquê dos ataques sistemáticos à iniciativa, senão pelas perspectivas que encerra como um novo paradigma de produção no campo, totalmente capitalista, diga-se de passagem, pois não será o governo o dono dos meios de produção, mas os agricultores, embora pequenos, que se apropriariam do ciclo produtivo completo da cadeia do biocombustível. E esse modelo poderia ser estendido para outras iniciativas. Daí o caráter inovador e até certo ponto revolucionário da proposta.

Em um primeiro momento vislumbra-se, com a implantação do modelo “**usinas públicas**”, a possibilidade de elevação nos preços da baga comercializada nos mercados, até então controlados pela Brasil Ecodiesel (empresa de capital Alemão atuando na área) e a Bom Brasil que fixaram um patamar de R\$ 0,53 /kg a partir da safra de 2006. Insuficiente em qualquer situação para cobrir os custos de produção.

As usinas públicas acenam com a perspectiva de elevação desses preços, dado que é uma atividade subsidiada, favorecendo diretamente o pequeno produtor rural e obrigando à prática da elaboração de contratos por safra com garantia de compra da produção por um preço mínimo, nunca abaixo do mercado.

5.4.7. Participação dos consorciados nos rendimentos da indústria: a institucionalização

A parte mais revolucionária ou inovadora do conceito de usinas públicas dentro do processo de institucionalização do programa do biodiesel, com perspectivas de apropriação por parte da agricultura familiar de todo o ciclo da cadeia produtiva de fabricação do biocarburante, está na concepção de um modelo de participação nos lucros do empreendimento industrial.

No aspecto jurídico, a constituição de empresa de economia mista, em fase de registro cartorial, e a proposta de formação de cooperativa agrícola garantem em tese a participação dos agricultores no sistema de gestão e no lucro sobre a produção do óleo e/ou do biodiesel com a participação em 50% do lucro líquido da empresa.

Esse modelo é, no entanto, embora factível, mais complexo do que se imagina de ser implantado. Até onde a pesquisa pôde ser efetuada, havia um propósito da Prefeitura de Pesqueira em encaminhar à Câmara dos Vereadores, Projeto de Lei legalizando a participação dos agricultores no resultado econômico da usina, assim como a sua participação na gestão do empreendimento. O que seria efetivado tão logo ocorresse as eleições municipais, em outubro de 2008.

Mas aprovar apenas uma lei não é suficiente. Muitas questões restam a ser respondidas.

Como por exemplo: a) Até que ponto se terá uma gestão efetivamente participativa da unidade industrial com a agricultura familiar visto que é preciso conhecimentos mínimos de como funciona operacionalmente o processo tecnológico? b) Como será constituído e como funcionará o colegiado consultivo? c) Qual o seu poder de influência efetivo nas operações da indústria? d) Qual modelo de cooperativa a ser adotado para o caso da usina, dado que não se tem conhecimento de nenhum outro funcionando (com sucesso) nos moldes pretendidos?

Enfim, uma série de questões de difícil resposta à curto prazo, cuja solução passa inexoravelmente por um processo de negociação e aprendizado coletivo. Ainda pouco claro no momento.

Daí os agricultores familiares desconfiarem de sua aplicação, pelo menos a curto termo.

5.5. Avaliação global dos resultados (fase 5)

A avaliação nessa fase repousa não sobre a eficiência das ações tomadas isoladamente, o que seria uma função do controle, mas sobre a eficácia da ação estratégica global, ou seja, a verificação da conformidade do projeto de desenvolvimento local aos objetivos para o qual foi assinado.

Quanto a esse aspecto não se pode aqui proceder senão a uma avaliação parcial dos resultados visto que o projeto de desenvolvimento encontra-se em uma fase preliminar de implantação. Trata-se assim de uma avaliação concomitante ou “ex tempore”, conforme ensina Pecqueur (1997), verificada durante o desenrolar do projeto.

Procedendo-se então à síntese avaliativa fica evidente que a decisão de instalar usinas públicas, não foi antecedida de discussão com as bases locais, Estado e Municípios, tão pouco considerou as determinações do PNPB. Os valores destinados ao empreendimento limitaram-se à instalação da unidade industrial. Faltou previsão para investimentos na formação da base produtiva; na capacitação dos agricultores e assistência técnica; no capital de giro: como pagar a matéria-prima fornecida pelos agricultores?

Quanto às perspectivas, pelo perfil apresentado pelo APLBIODIESEL em formação no agreste meridional de Pernambuco, pode-se dizer que reúne todas as condições para integrar um programa produtivo que pressuponha: (1) disponibilidade de terras agricultáveis; (2) mão-de-obra; (3) tecnologia; e (4) mercado consumidor.

Acena com a possibilidade de elevação da renda familiar em torno de 40% do salário mínimo anual por família segundo dados do projeto “Reforma agrária e biodiesel” e planilha de custos do Banco do Nordeste.

Assegura a sustentabilidade alimentar das famílias em três vertentes: não compete com a produção de alimentos; adiciona o feijão obtido no sistema de consórcio à produção de subsistência; e oferece uma renda complementar.

No entanto, o caráter de Usina Pública, por ser uma unidade de produção financiada com dinheiro público, cria algumas dificuldades jurídico-institucionais para sua operacionalização conforme preceitua o Programa Nacional de Biodiesel que acena com a possibilidade de participação dos agricultores familiares nos lucros do empreendimento. Para tanto, faz-se necessária a transformação da personalidade jurídica da usina, de “empresa pública” para uma “cooperativa mista” integrada por agricultores familiares, produtores de mamona. Dessa forma, serão assegurados à cooperativa, os incentivos oferecidos pelo “selo social”, principal instrumento criado pelo PNPB para inclusão da agricultura familiar, com isenção de impostos em até 100%. Viabiliza a participação dos cooperados nos lucros do empreendimento e elimina a armadilha para que apenas unidades do setor privado possam se beneficiar com esse expediente.

A viabilidade do empreendimento, em última análise, está na dependência de recursos a serem disponibilizados para a formação de capacidade gerencial dos agricultores, na formação de infraestrutura produtiva e de comercialização e, na formação de parcerias inter-institucionais para garantir insumos tais como a semente certificada principalmente, e os serviços de assistência técnica para os plantios.

O resultado da intervenção proposta tende a ser positivo por estar lastreado na construção coletiva, envolvendo agricultores, sociedade civil e governo, com representação das três esferas: federal, estadual e municipal, sob a égide da Diocese de Pesqueira e Instituto Harpyia Harpia dando a credibilidade necessária de que o empreendimento precisa, para se desenvolver.

Conclui-se por fim, que a produção de biodiesel tende a se consolidar como uma importante alternativa não apenas para a diversificação da matriz energética, como indica a literatura, mas sobretudo, como instrumento de inclusão social. O ambiente mostra-se favorável à expansão da atividade tendo a mamona, ainda, como a principal oleaginosa por

responder favoravelmente a todos os elos da cadeia produtiva, como atestam os principais centros de pesquisa.

Trás como fator de maior relevância a possibilidade de articulação direta dos agricultores familiares com o mercado consumidor, intermediado pela usina de biodiesel que assegura o cumprimento das diretrizes do PNPB quando se refere à inclusão social.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em uma abordagem de desenvolvimento territorial, conforme se pode constatar do relato da experiência vivenciada, a lógica é centrada na valorização da dinâmica dos territórios e na qualidade das relações que se estabelecem entre as instituições intervenientes, visando a um aperfeiçoamento ou elevação da capacidade organizativa dos atores locais.

Assim, o conceito de performance de territórios remete a fenômenos complexos que não podem ser traduzidos (ou mensurados) unicamente, seja pela evolução diferenciada de indicadores clássicos tais como o emprego, ou a estimação de um “efeito puro” de *cluster* sobre a produtividade das empresas (COURLET, 2008, p. 88).

Uma análise das dinâmicas econômicas territoriais valoriza antes de tudo a importância dos mecanismos de coordenação que se estruturam entre os atores e a força dessa construção no desenvolvimento futuro do território mesmo sabendo-se ou assumindo-se “ex ante” que esse “desenvolvimento” venha a ocorrer a médio e longo prazo como resultante de um processo de aprendizagem.

Ocupa-se assim, mais em medir valores intangíveis (subjetivos) ligados à formação de capital social, aprendizagem coletiva ou aumento das capacidades organizativas territoriais com ampliação das habilidades locais em formar parcerias e a empreender mudanças.

Conforme se depreende, ainda segundo Courlet (2008), a performance de um território está relacionada a sua vitalidade e a sua viabilidade a longo prazo. E isso depende de suas capacidades organizacionais, de sua capacidade de transformar recursos latentes em recursos efetivos e de sua capacidade em evocar sua história e a memória coletiva local para fazer fase às mudanças e assegurar assim sua continuidade.

Assim, em Pernambuco, no Nordeste, um recurso em desuso, a mamona, uma cultura em decadência na região (não comestível, tida como erva daninha) se revela e vem a ser reabilitada como recuso por excelência a ser transformado em óleo vegetal para a produção de biodiesel. Nunca o fora utilizado para esse fim anteriormente, sendo assim um construto arquitetado pela intenção deliberada de seus atores em decidir transformá-lo, aproveitando as oportunidades e motivações ecológicas, em instrumento de luta contra as agressões ao meio ambiente.

6.1. Contrato de desenvolvimento territorial e governança local

A governança local significa antes de tudo, novas perspectivas para a ação pública com a aparição das coletividades territoriais e a coordenação das iniciativas através de fórmulas originais tais como o contrato de desenvolvimento territorial.

A contratualização de projetos de desenvolvimento territorial é uma modalidade das mais utilizadas presentemente na qual se engajam os atores em nome da governança local. Por intermédio dessas práticas, o estado organiza e formaliza suas relações de parceria entre instituições públicas e privadas.

Uma das primeiras medidas de um contrato global de desenvolvimento é a realização de um diagnóstico sócio-econômico local tal como foi elaborado no caso do Pólo de Produção de Biodiesel de Pesqueira, que tem por objetivo levantar as potencialidades do território, elencar de forma participativa as alternativas de desenvolvimento. O método adotado é aquele da

análise estratégica com atribuição e redistribuição de papéis e a apresentação de uma estratégia formalizada de médio prazo.

Os contratos são assinados entre a autoridade regional e uma instância representando os atores concernidos no projeto de desenvolvimento local.

No caso do APLBIODISEL de Pesqueira, o contrato assinado envolveu o MCT (Governo Federal), Governo do Estado de Pernambuco (Secretarias) e representando os interesses dos trabalhadores rurais, o Instituto Harpia Harpyia, a Diocese Regional de Pesqueira e ainda a Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE como articuladora e animadora do projeto.

Estão envolvidas enquanto instituições públicas, entidades tais como Prefeituras Municipais, Governo do Estado de Pernambuco e Governo Federal através de suas instituições de Promoção de Pesquisa Agrícola, Programas de Crédito Agrícola (Pronaf) e Agências de Financiamento (BNB, Banco do Brasil). Como instituições privadas, o Sindicato dos Trabalhadores Familiares Rurais de Pesqueira, a Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco (FETAPE) a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), e a Sociedade Civil Organizada através de suas ONGS.

Para um tal contrato de desenvolvimento territorial como citado por Courlet (2008, p.94) ao se referir ao exemplo do primeiro contrato global de desenvolvimento do “Valée de l’Arve” na França, as relações contratuais tendem:

- à estabelecer as responsabilidades respectivas dos atores segundo as grandes linhas estratégicas a serem empreendidas;
- à organizar suas relações de cooperação e as condições de sua intervenção.

Para o caso do APL Biodiesel Usina Governador Miguel Arraes, essas ações estratégicas se repartiram em: sensibilização, mobilização e recrutamento de agricultores, repasse de tecnologia agrícola, provisão de sementes certificadas, pesquisa agrícola e assistência técnica, política creditícia (para financiamento de safra), organização de plantios comerciais, promoção da segurança nutricional e alimentar, apropriação de tecnologia industrial, fornecimento e aquisição (pela unidade industrial) de matérias-primas, logística de pré-beneficiamento, transporte e estocagem, produção de biocombustível e comercialização, comunicação e divulgação das ações (efeito demonstração).

No que tange a organização das relações de cooperação cita-se: a criação do GT para promoção e acompanhamento das ações estratégicas, o esforço para formalização de contratos para aquisição de matéria prima e a supervisão das ações contratuais pelas entidades sindicais; gestão industrial compartilhada (modelo em construção), avaliação pelos grupos do processo de formação do APL.

6.2. Reflexões para uma governança local eficiente

Do que se pode concluir da experiência vivenciada em termos de governança local é de que o sucesso de uma parceria entre empresas e seu território passa por uma necessária fase experimental sob forma de aprendizagem. Dito de outra maneira, essa primeira etapa visa à realização prioritária de três, dos sete objetivos gerenciais identificados e discutidos no esquema do quadro 1, a saber: a) a criação de ligações dinâmicas de trocas para um desenvolvimento do conhecimento e do reconhecimento mútuo dos atores do território; b) o estabelecimento de cooperações efetivas através de ações bem definidas e delimitadas para não fomentar dispersões; c) a definição de uma política econômica para o território que venha a servir como garantia para a coerência das ações de desenvolvimento a serem encetadas.

Por fim, a busca de uma governança local eficiente aponta para que se reflita sobre os atributos do processo de envolvimento das empresas sobre o território. Assim, o estabelecimento de uma governança local eficiente sugere estar relacionado ao grau de credibilidade e legitimidade dos agentes de coordenação e sua capacidade em saber valorizar a importância das relações de confiança e a transparência das formas com que se dá o envolvimento dos atores implicados no projeto de desenvolvimento escolhido para o território.

Para o caso do APLBiodiesel de Pesqueira o fato de o projeto estar sob a vigilância protetora (coordenação) de uma instituição eclesial (Diocese Regional de Pesqueira) da mais alta confiabilidade aos olhos dos atores envolvidos (agricultura familiar) essa condição tem sido de uma importância expressiva para o sucesso da iniciativa até o momento atual.

REFERÊNCIAS

1. AZEVEDO, Demóstenes; FERREIRA LIMA, Emídio. **O agronegócio da mamona no Brasil**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2001
2. BOUABDALLAH, K; THOMAS, Jean-Noel. **Le partenariat public/privé et le développement territorial**. in: FERGUÈNE, A. (Ed.). *Gouvernance locale et développement territorial: le cas des pays du Sud*. Paris: Editions L' Harmattan, 2004, pp. 201-221
3. BASES Cadastrais: INCRA, PNUD, FUNAI, 2006
4. CARTAXO V. et all. **UTD/ Escola de Campo: modelo estratégico para organização da cadeia produtiva do biodiesel de mamona no Pólo de Pesqueira, PE**. Campina Grande: Embrapa Algodão (Documentos, 179), 2008
5. COURLET, Claude. **L'Économie territoriale**. Grenoble: PUG, 2008
6. COSTA, F. C.; HOESCHL, H. C. **Gestão do Conhecimento na Cadeia Produtiva de Biodiesel**. in: Anais do I Congresso da Rede Brasileira de Tecnologia de Biodiesel, Brasília, 31 de agosto a 1 de setembro de 2006. Brasília, DF:MCT/ABIPTI, 2006
7. DIAS, R. **Projeto da usina de produção de biodiesel de Pesqueira**. Brasília /MCT. 2005
8. HOLANDA, A (Relator). **Biodiesel e Inclusão Social**, Brasília: Ed. Câmara dos Deputados/ Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica, 2004
9. INRA **La lettre**, Paris: Institut national de la recherche agronomique, Trimestriel, n° 12, Octobre, 2005
10. IBGE, Censo - Lavouras Temporárias, 2005
11. NAVAES, Ana Maria; ALBUQUERQUE, José de Lima; FALCÃO, Kátia Ferreira Lima Meneses; SILVA, Isnaldo Francisco; SILVA, Jancleyton Andrade. **Arranjo Produtivo Local para o Biodiesel: Sustentabilidade Econômica com Segurança Alimentar e Nutricional no Semi-Árido Pernambucano**. Anais do II Congresso da ABIPTI, Brasília, DF, 2008.
12. NAVAES, Ana Maria; ARAUJO DE MORAES FILHO, Rodolfo; SILVA, ALBUQUERQUE, José de Lima; Isnaldo Francisco da. **Usinas públicas: instrumento de inclusão de agricultores familiares à cadeia produtiva do biodiesel no semi-árido pernambucano**. Anais do XLVI Congresso da SOBER. Acre: Rio Branco, 2008.
13. PECQUEUR, B; CUARESMA, M. **Mener un projet de développement local**. Paris: Les Editions d'Organization, 1997
14. SACHS, I. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro, 2004
15. Ecolo Trader. **Le biocarburants en France (filier production et transformation du biodiesel et du bioethanol)** in: <http://futuristiktrader.daily-bourse.fr> /publicado em 18/01/2008 (consultado em outubro de 2008)
16. ANP (**Importação e exportação de Diesel**) in: <http://www.anp.gov.br> (consultado em novembro de 2008)